

## **O índio do buraco e o surrealismo do indigenismo brasileiro**

COMO CIDADÃOS, temos o direito de escrever em resposta ao absurdo artigo intitulado “Contágio nas matas”, publicado pela revista “Carta Capital”, na edição de 23 de julho de 2008. No entanto, minha mente se recusa a focar nas acusações estapafúrdias e nas inferências desonestas do artigo. O repórter a quem devo refutar provavelmente nunca viu um índio em sua frente e se baseia num dossiê composto por um antropólogo cujo objetivo é lançar lama em nossa reputação, mas sem nenhuma prova. Esta tática utilizada contra nós, cidadãos brasileiros, é conhecida como “envenenar o poço” e está muito em moda atualmente. Seu único propósito é desestabilizar a ordem social.

A JOCUM — Jovens com Uma Missão não é uma ONG fundamentalista americana como a revista maliciosamente propôs. A JOCUM é uma missão brasileira fundada em 1974. Como muitas igrejas e missões religiosas de cunho protestante, temos fundadores americanos. Hoje nos caracterizamos pela diversidade de línguas e culturas e pela flexibilidade do movimento em se adaptar a qualquer contexto socioeconômico. Por ser descentralizada financeiramente, sua principal força criadora repousa em cada indivíduo participante e nas idéias e iniciativas que este indivíduo compartilha com o movimento. A JOCUM não tem sede mundial nem sede nacional. No Brasil, realizamos os mais diversos trabalhos sociais em todos os estados, e cada local tem seu próprio CNPJ e sua autonomia estratégica e financeira.

O trabalho da JOCUM na Amazônia começou em 1980 com nossa primeira casa comunitária em Belém do Pará, fundada pelo paulistano Gerson

Ribeiro. Em Porto Velho, iniciamos o trabalho em 1990 sob a liderança do também paulistano Reinaldo C. Ribeiro, e sua esposa, que é mineira. A ênfase do campus de Porto Velho era o estudo da antropologia cultural e lingüística e, mais tarde, a educação infantil e de populações tradicionais amazônicas, inclusive de adultos indígenas, e o combate à malária.

O que dizer em relação às acusações? Escravizamos índios? Ameaçamos pessoas de morte? Traficamos sementes? É claro que não. Venham e confirmam. Entrevistem os índios, investiguem pessoalmente. Não temos nada a esconder. Nossos próprios princípios cristãos, que segundo o artigo nos desqualificam para servir a população indígena, nos impedem de fazer isto. Da acusação de ter uma religião não podemos mesmo nos defender. Sim, cremos em Deus. Sim, cremos no bem e no mal e mantemos uma vida pautada em princípios morais. Sim, ensinamos aos índios que o infanticídio, assim como o suicídio, pode destruir sua população. Sim, fazemos programas de conscientização contra o abuso do álcool, prostituição e violência contra a mulher — males tornados endêmicos pela influência da nossa cultura e que não fazem o índio mais índio.

Sim, conduzimos cursos multiétnicos a pedido das populações indígenas, para promover o intercâmbio entre as culturas e capacitá-las para subsistir num mundo que muitos ainda não entendem, mas que inevitavelmente têm que confrontar. Se isto for crime então somos culpados.

Não negociamos assistência social por religião ou tentamos “cristianizar” populações indígenas. O argumento rasteiro de que trocamos conversão religiosa por assistência à saúde só faz sentido para quem não conhece a independência e dignidade dos povos indígenas. Presumir-lhes a fragilidade total e a inabilidade de tomarem decisões ou fazerem julgamentos equilibrados a respeito do seu relacionamento com o mundo de fora, isolando-os arbitrariamente, não passa de

puro racismo. O racismo é patente na ideologia indigenista brasileira predominante. É um mal disfarçado de proteção e preocupação com preservação cultural. O isolamento não preserva, mata.

A presunção de isolamento das comunidades indígenas é uma farsa. Até as aldeias supostamente sem contato sofrem com a invasão de suas áreas por seringueiros, madeireiros e muitos outros “eiros”, que competem pelas riquezas de nossa Amazônia, como provam centenas de trágicos estudos de caso. Pode-se demonizar missionários por causa de suas crenças, mas não se pode negar a importância de ter a presença de pessoas como eles, que não são movidos por interesses políticos ou econômicos, como verdadeiros guardiões da integridade física e cultural de nossas populações indígenas tão expostas. Guerra ideológica é coisa de branco. Luta pela sobrevivência e vida é coisa essencial para o índio.

Desde que tiramos dois bebês Suruwahá da reserva em 2005, um deles para operar uma deformidade congênita e outro para obter um pouco mais de esperança para sua paralisia cerebral, nossa situação política se complicou muito. Ousamos desafiar o governo em cadeia nacional de televisão. Ousamos lutar pela vida e não nos conformar com regras que mantêm os indígenas num cárcere paleolítico, impedidos de receber até o simples tratamento médico, direito de todos os brasileiros.

A JOCUM tem cooperado com o trabalho da FUNAI/FUNASA desde o início de sua entrada na região. A FUNAI não só sabia da presença da missão, mas também contava com ela para a preservação da tribo desde 1984. Quando o Ministério Público alega que “tenta tirar a missão há cinco anos”, está ignorando os inúmeros acordos feitos entre a missão e a FUNAI: prestação de serviços em vôos que a FUNASA fez para a área a fim de levar ou retirar indigenistas e indígenas e vôos feitos pela missão JOCUM para a FUNASA. Além disso, Moisés

Viana e Edson Suzuki trabalharam gratuitamente como tradutores da FUNASA em várias expedições.

No documento que a Organização de Povos Indígenas do Médio Purus (OPIMP) expediu em 31 de maio de 2006 rejeitando a decisão do MP de Manaus de retirar a JOCUM da área Suruwahá, a OPIMP enfatizou a necessidade tanto da FUNAI quanto da FUNASA de contar com especialistas na cultura e na língua Suruwahá. Por causa do isolamento da região e da falta de recursos, a cooperação entre as organizações que trabalham na área é essencial para a preservação das tribos.

A questão indígena vai além de políticas periféricas e, principalmente, vai muito além desta guerra religiosa e ideológica contra as missões. Chegamos ao cerne quando debatemos quem é o índio. Ele é o “nobre selvagem” de Rousseau? O herói Peri de José de Alencar? Ele é um ser primitivo preso num lugar remoto do processo evolucionista? A legislação presume uma incapacidade do índio de tomar decisões ou entender a dinâmica da sociedade brasileira. A maioria das tribos brasileiras se encaixa na descrição de semi-integrados e, de acordo com a Constituição, estão sob a tutela legal do governo. O Estatuto do Índio prevê que para obter cidadania plena o indígena tem que pagar impostos e trabalhar em funções “normais” que sirvam à sociedade brasileira. Ou seja, índio só é gente, ou só é cidadão brasileiro pleno, quando abandona sua identidade e seu *modus vivendi* indígena. Os direitos humanos universais não se aplicam ao índio brasileiro, por mais absurdo que isto possa parecer a nós cidadãos de um país presumidamente democrático. Esta incoerência tem que mudar.

Como sociedade brasileira, escolhemos para os indígenas o caminho mais fácil para nós. Escolhemos fingir que não os vemos, falar deles no tempo passado, como parte de uma história da qual nos arrependemos, mas remota. O

que está por trás de artigos como o que foi publicado por esta revista não é um verdadeiro interesse pelo bem-estar dos indígenas, nem dúvidas reais sobre a atuação da missão. Vivemos num Brasil moderno, mas cujos pressupostos fundamentais sobre os povos indígenas ainda são coloniais. Afirmamos na Constituição que os povos indígenas são incapazes de tomar decisões acerca de si mesmos. Deixamos impunes os crimes de índios contra índios, mas tratamos como criminosos aqueles que os ajudam a sair deste estado colonial de incapacidade, a assumir responsabilidades e lutar pelos seus próprios direitos. O processo mútuo de ouvir, entender, aprender, ensinar, capacitar e respeitar é difícil demais ou até impossível para muitos. A diversidade cultural pode ser preservada com igualdade de direitos. Igualdade mais diversidade não é uma impossibilidade lógica, mas sim uma consequência da educação adequada.

Em 1996 alguns indigenistas da FUNAI encontraram no sul de Rondônia um sobrevivente solitário dos massacres que ocorreram na região. O suposto índio vivia se escondendo em buracos que cavava e caçando e pescando para se alimentar. Os sertanistas emocionados com o "achado" se sentiram compelidos a demarcar-lhe uma reserva de 20 mil acres para lhe garantir o "direito" de se manter completamente isolado de qualquer outro ser humano pelo resto de sua existência. A demarcação da reserva e consequente preservação desta "tribo" perdida foram elogiadas, e o sertanista protagonista mereceu a honra de ser condecorado com a Ordem de Rio Branco.

Imaginar aquele homem impedido de qualquer interação humana é como pensar o emparedado vivo do conto de Edgar Alan Poe. O "índio do buraco" foi emparedado pelo fanatismo ideológico do indigenismo brasileiro, condenado a uma curta existência solitária e sem significado. O que poderíamos aprender com sua língua e cultura, e até mesmo com sua tragédia pessoal, ficou perdido no

buraco com ele. Mas o que para o nosso senso comum sobre a condição humana é absurdo, para os ideólogos indigenistas não só é correto, como é o ideal a ser alcançado para todas as tribos brasileiras.

As missões na contramão desta ideologia pecam por considerarem os índios mais do que apenas índios, e sim seres humanos plenos e iguais a todos nós, cidadãos brasileiros.

*Bráulia Ribeiro*

*Agosto de 2008.*